

1

INTRODUÇÃO

OS DESAFIOS DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Revisitando conceitos

Adriana Wagner
Cristina Tronco
Ananda Borgert Armani

A proposta de refletir sobre os desafios psicossociais da família contemporânea frente à diversidade gera a necessidade de fazermos uma releitura dos conceitos que balizam os estudos e pesquisas sobre as mais variadas temáticas que dizem respeito à configuração e à estrutura familiar. Frente a isso, nosso primeiro desafio é saber: de que família estamos falando, afinal?

É difícil traçar um perfil único da família brasileira, tanto no que se refere a sua configuração quanto a sua estrutura (Cervený, 2002; Wagner e Féres-Carneiro, 1998). Contudo, nas últimas duas décadas foi possível observar algumas tendências que marcaram o movimento de redefinição e de funcionamento dos núcleos familiares (Grzybowski, 2007; Wagner, Halpern e Bornholdt, 1999). Estudos, já no início dos anos noventa, apontaram uma tendência de diminuição do número de pessoas que compunham a família (Goldani, 1994), um aumento do número de divórcios e recasamentos (IBGE, 2007), uma maior participação da mulher na manutenção econômica do lar (Fleck e Wagner, 2003), o aparecimento dos casais de dupla carreira (Diniz, 2009; Sanchotene-Souza, Wagner, Branco e Reichert, no prelo), diferentes maneiras de compartilhar papéis no exercício das funções parentais (Wagner, Predebon, Mosmann, e Verza, 2005), entre outros.

Frente a esse panorama, observa-se que o conceito de família se diversificou. Estudiosos do tema assinalavam no início da década a necessidade de que tratássemos de *famílias* no plural, abandonando o termo no singular, pois não é possível que um único conceito dê conta dessa complexidade (Muito, 2001). Sendo assim, constata-se que existe uma pluralidade de variáveis

implicadas na definição do conceito de família e que a singularidade da vivência dos sujeitos em seus núcleos familiares, por exemplo, tende a ter um peso explicativo importante na definição daqueles personagens que “são da família”.

Nesse sentido, pode-se dizer que a coexistência de configurações e estruturas familiares diversas tem ampliado não só o conceito de família, mas também suas implicações na sociedade, gerando a necessidade de aceitar e conviver com o diferente. Nesse caso, tal pluralidade na configuração dos núcleos familiares tem demandado a criação de novos paradigmas explicativos que deem conta de tal complexidade. Diante desse contexto, já não é possível compreender a sociedade como uma engrenagem que funciona por partes isoladas, sem considerar a influência do ambiente que torna o sujeito um ser dinâmico, em constante relação e inserido em um cenário no qual valores, crenças, ações e reações são formados e transformados o tempo todo (Esteves de Vasconcelos, 2006). Assim, as mudanças ocorridas na estrutura e configuração familiar estão diretamente relacionadas com a evolução da sociedade e vice-versa.

Frente a esse fenômeno dinâmico e multifacetado, torna-se importante resgatar os aspectos que são fundamentais para que a família siga cumprindo seu papel e função como principal célula social, independentemente de como ela se configure. Além disso, destacamos que o resgate e o fortalecimento desses aspectos essenciais e inerentes aos núcleos familiares ocorrem no contexto da diversidade, o qual tem se caracterizado por pessoas que não somente se sujeitam ao mundo, mas também se transformam e modificam suas relações com este.

Partindo então da premissa de que já não temos parâmetros que definam de forma precisa o conceito de família, sua composição e funcionamento, é imprescindível que se faça uma análise mais aprofundada das famílias atuais. Ríos-González (2005), que há quatro décadas tem se dedicado à prática clínica com famílias e casais, observa que, no lugar de alardear que a família está em crise, é importante enfocar que o que ocorre, na verdade, é uma *crise do modelo tradicional de família*.

Neste sentido, a fim de decifrar os desafios que se impõem àqueles que trabalham, direta ou indiretamente, com distintos núcleos familiares, partiremos para uma definição de conceitos norteadores. Objetivamos não somente a descrição teórica, mas a compreensão e discussão destes conceitos nas famílias contemporâneas frente às demandas do mundo atual.

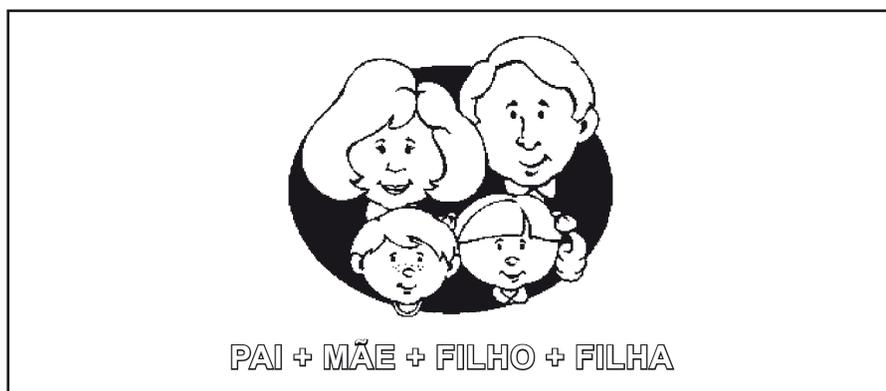
Para tal, partimos dos pressupostos definidos pela Escola Estrutural (Colapinto, 1991; Minuchin, 1982; Nichols e Minuchin, 1999). Nessa perspectiva, os conceitos, tais como configuração, estrutura, fronteiras, sistema, sub-sistemas e papéis, devem ser considerados como o aporte teórico que orienta o entendimento da família. No entanto, não podemos perder de vista o nosso desafio de ampliá-los e compreender sua expressão nas famílias atuais.

DEFININDO CONCEITOS

Configuração e estrutura familiar

Configuração e estrutura familiar são conceitos fundamentais que nos permitem conhecer e compreender a composição e o funcionamento de uma família.

O conceito de *configuração familiar* diz respeito ao conjunto de elementos/personagens que compõem o núcleo familiar. Nesse caso, conforme o desenho, a configuração dessa família se define por:



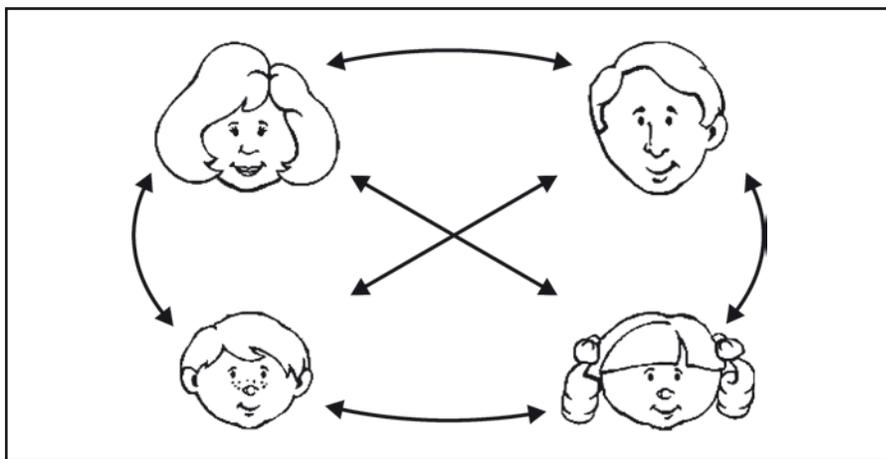
Pode-se pensar a configuração familiar em termos dos arranjos e disposições dos membros que compõem uma família. Sendo assim, as famílias têm diferentes configurações. Essas combinações variam desde as mais clássicas, como a exemplificada acima, que reproduzem o modelo tradicional definido pela consanguinidade e parentesco, até as mais complexas que coexistem em nossos dias.

Dessa forma, já não é tão simples identificar e classificar aqueles que “são da família”. A variável consanguinidade, por exemplo, considerada historicamente como a principal e mais importante na definição da composição do grupo familiar, passa a dar lugar a outras, tais como o parentesco, a coabitação, a afinidade, etc. Pode-se dizer que a composição do núcleo familiar, atualmente, alicerça sua definição além dos fatores biológicos e legais. Aspectos da subjetividade que integram os significados da convivência, por exemplo, têm tido um peso explicativo importante na definição da configuração familiar.

A respeito disso, em uma de nossas pesquisas, ainda na década de 1990, realizada com 394 adolescentes de ambos os sexos, 197 que viviam em Famílias Originais (FO), constituídas por pai, mãe e filhos biológicos e 197 oriundos de Famílias Reconstituídas (FR), nas quais os pais estavam separados dos seus primeiros cônjuges e já mantinham um novo relacionamento estável e de coabitação, lhes foi proposto que desenhassem a sua família. O objetivo era investigar quem os jovens consideravam como sendo “da família”. Foi constatado que quase a totalidade dos adolescentes de FO (97,8%) desenharam a família com quem moravam. Entre os adolescentes de FR, 45,7% desenharam a família com quem coabitavam, 23,3% desenharam somente a sua FO sem integrar nenhum membro da FR e 23,3% desenharam as duas famílias de forma parcial ou totalmente. Nesse caso, ficou evidente que em núcleos familiares recasados, os critérios coabitação, consanguinidade e tempo de recasamento dos pais são aspectos norteadores essenciais na definição desta configuração familiar (Wagner et al., 1999; Wagner e Féres-Carneiro, 2000; Wagner, Sarriera, Falcke e Silva, 1997).

Uma vez compreendido que o conceito de configuração familiar se refere a quem compõe a família, perguntamos então: como essa família se organiza? Isto é, como se define a estrutura familiar?

A **estrutura familiar** é o conjunto invisível de exigências funcionais que organiza as formas pelas quais os membros da família interagem. É o conjunto de regras que governa as transações da família (Minuchin, 1982; Minuchin, Colapinto e Minuchin, 1999). Uma família é um sistema que opera através de padrões transacionais, isto é, padrões de funcionamento que são constantemente ativados quando algum membro do sistema está em interação com outro. A partir dessas interações são estabelecidos padrões, determinados papéis e é instaurada a previsibilidade (Nichols e Schwartz, 2007).



Partindo dos conceitos de configuração e estrutura familiar, que se definem pelos aspectos relativos às regras, ao poder, aos limites e aos contratos de convivência, podemos constatar a vasta pluralidade dos núcleos familiares na atualidade. Nesse sentido, é importante desconstruir a ideia de que a configuração determina a estrutura das famílias. Isto é, que famílias monoparentais, recasadas, homoafetivas, entre outras, possuem um funcionamento típico devido a sua composição. A forma como a família está configurada não explica o padrão de funcionamento no qual se estrutura. Pesquisas nacionais já revelaram que, independentemente de quem compõe a família, a demarcação de fronteiras nítidas, que caracteriza as relações com hierarquias bem definidas e bons níveis de funcionamento e saúde familiar, tem sido uma dificuldade recorrente entre as famílias em geral (Wagner, Falcke, Silveira e Mosmann, 2002).

Os pressupostos da Teoria dos Sistemas têm iluminado a compreensão do funcionamento familiar desde os anos de 1960. Nessa perspectiva, passaremos a definir e analisar a estrutura familiar como um sistema.

SISTEMA E SUBSISTEMAS FAMILIARES

O *sistema familiar* pode ser compreendido como um grupo de pessoas que interagem a partir de vínculos afetivos, consanguíneos, políticos, entre outros, que estabelecem uma rede infinita de comunicação e mútua influência.

Dessa perspectiva, a família pode ser considerada como um sistema *dinâmico*, submetido a um *processo de estabelecimento de regras*, e marcada pela *busca de um acordo entre seus membros*. Pode-se pensar, então, que a *dinamicidade* do sistema se caracteriza pela maneira como a família se movimenta frente às diferentes situações as quais se coloca ou é colocada. Existe uma estrutura interna inerente ao sistema, que permite aos seus membros que se comuniquem de acordo com as *regras estabelecidas* de maneira implícita ou explícita. A organização familiar é pautada pelos *acordos* que permeiam a convivência em diferentes níveis. Esta organização se estrutura a partir dos *subsistemas*, os quais configuram a forma como os membros de uma família se organizam, considerando o tipo de relação e vinculação estabelecida entre eles (Ríos-González, 1994, 2003, 2009).

Os *subsistemas familiares* podem ser compreendidos como um reagrupamento de membros do sistema geral, no qual é estabelecida uma comunicação diferente daquela utilizada no sistema principal (Ríos-González, 2003). Nesse reagrupamento, as díades ou os grupos se organizam segundo distintas variáveis, tais como geração, sexo, papel ou função, interesses comuns, entre outros (Nichols e Schwartz, 2007).

Todo o subsistema familiar possui funções e demandas específicas. Sendo assim, os sistemas e subsistemas familiares devem ser suficientemente

estáveis para manter a continuidade e flexíveis o bastante para acomodarem-se às mudanças contextuais e evolutivas que acompanham a família ao longo da vida (Nichols e Schwartz, 2007). Sendo assim, a partir das principais relações que se estabelecem no núcleo familiar – conjugalidade, parentalidade e relação fraterna – passamos a definir os subsistemas importantes que se configuram em suas mais variadas expressões nas famílias.

O *subsistema conjugal* é formado por duas pessoas adultas unidas entre si por laços afetivos e tem como característica principal a constituição de um par que se une com a finalidade de constituir seu próprio sistema familiar (Minuchin, 1982). Cabe destacar que, desde a década de 1980, quando essa definição foi feita por Salvador Minuchin, muitas coisas mudaram em termos de conjugalidade. Atualmente, pode-se considerar que são diferentes os motivos pelos quais duas pessoas se unem, e a finalidade de “unir-se para constituir seu próprio sistema familiar”, pode ser compreendida como apenas uma entre outras possibilidades de escolha pela união. Nos capítulos 2, 3 e 4 deste livro, o tema da conjugalidade será amplamente discutido, apresentando-se diferentes olhares sobre essa temática.

Por sua vez, o *subsistema parental* é o subconjunto da família derivado do subsistema conjugal, que surge a partir do chegada do primeiro filho e as consequentes incorporações de papéis de pai e mãe. Estes papéis estão ligados à identidade pessoal, social e psicossocial de cada indivíduo (Osório, 2002). Para Minuchin (1982), o subsistema parental é um laboratório de formação social para os filhos, uma vez que os mesmos precisam aprender a negociar condições de poder em situação de desigualdade. Logo, a principal tarefa do subsistema parental está voltada para o desenvolvimento da socialização dos filhos, sem perder de vista o apoio mútuo que deve seguir operando no subsistema conjugal e os fatores externos ao processo de socialização.

Deve-se levar em conta que o desenvolvimento desse subsistema evolui de acordo com as fases do ciclo vital da família. Pais de crianças pequenas, por exemplo, devem modificar sua forma de lidar com os filhos quando é chegada a fase da adolescência e assim por diante.

É importante destacar que o surgimento do subsistema parental não significa o desaparecimento do subsistema conjugal. Pelo contrário, todos os subsistemas coexistem dentro da família. Por esta característica, já é sabido que a qualidade da relação em um dos subsistemas reflete no funcionamento dos demais subsistemas. No capítulo 3 dessa obra, discute-se este aspecto quanto à satisfação conjugal e a qualidade da relação que os pais estabelecem com seus filhos. Sabe-se que a qualidade no subsistema conjugal está diretamente associada à forma com que os pais educam os filhos, por exemplo (Mosmann, 2007; Mosmann e Wagner, 2008).

Na prática, muitas vezes, os papéis classicamente designados à mãe, desempenhar as tarefas de nutrição, agasalho, proteção e de continência das angústias existenciais dos filhos, e, ao pai, de interpor-se entre mãe e filho

e estabelecer regras e limites, já não são exercidos de forma tão exclusiva, apresentando-se muito mais como tarefas cooperativas do que excludentes. Observa-se, efetivamente, quanto à divisão de tarefas entre os progenitores, a coexistência de padrões clássicos e contemporâneos. Em um estudo com 100 famílias de nível socioeconômico médio da cidade de Porto Alegre, no qual investigamos a divisão de papéis e tarefas desempenhadas pelos progenitores na educação de seus filhos, 62% das mães trabalhavam fora e dividiam com o marido a tarefa de sustento da prole (Wagner et al, 2005). Neste sentido, observamos que, mesmo nas famílias em que ambos os cônjuges dividiam a tarefa de sustento econômico da família, o nutrir e acompanhar o cotidiano dos filhos ainda era exercido pela mulher/mãe. Uma discussão mais aprofundada sobre a paternidade pode ser conferida no capítulo 6, que aborda o papel do pai na contemporaneidade, e no capítulo 8, que trabalha a temática da parentalidade na adolescência.

Além dos subsistemas conjugal e parental, outro subsistema pode estar presente nos núcleos familiares: o **subsistema fraterno**. Este é o espaço considerado como o primeiro laboratório social em que as crianças podem experimentar relações com seus iguais e, posteriormente, utilizarem-se desse conhecimento nas relações interpessoais fora do sistema familiar. A partir dessas interações, as crianças desenvolvem capacidades para fazer amigos e aliados, negociar, cooperar, competir, ter prestígio e o reconhecimento de suas habilidades, preparando-se para as relações sociais que irão vivenciar fora do âmbito familiar (Minuchin, 1982; Silveira, 2002).

De acordo com Ríos-González (2003), o subsistema fraterno é uma entidade própria dentro do sistema familiar e pode se reconfigurar conforme o número de seus componentes e os tipos de relações estabelecidas entre eles. Uma característica própria desse subsistema é a formação de pequenos subconjuntos, que surgem de acordo com a idade, sexo ou afinidades em termos de características de personalidade, fato já menos frequente frente à redução do tamanho das famílias atuais.

Na literatura, a configuração do subsistema fraterno está definida como sendo formada pelos irmãos, todos os filhos e filhas de um casal (Minuchin, 1982). Ele também é conhecido por **subsistema fraterno-filial** (Ríos-González, 2003). Frente a essa definição, perguntamo-nos: que subsistema configura dois adolescentes, filhos de progenitores distintos, que vivem na mesma casa, em uma família composta por um casal recasado, sendo uma filha do primeiro casamento da mãe e um filho do primeiro casamento do pai? Essa é uma realidade cada vez mais comum nas famílias atuais e, mais uma vez, o desafio se apresenta à medida que se busca uma legitimação para os subsistemas que envolvem esse tipo de configuração familiar. Como são denominados esses novos parentes? Irmão postiço? Irmão emprestado? Irmão político? Na literatura, é possível encontrar a definição de diferentes tipos de irmãos: biológicos, adotivos, meio-irmãos, irmãos políticos (filhos de padrasto ou ma-

drasta) (Wagner, 2002), irmãos fictícios (pessoas que convivem intensamente como irmãos, mas que não possuem vínculos de sangue) (Cicirelli, 1995).

Somos provocados a pensar de que lugar devemos partir e que espaço iremos dar a esses novos elementos que ampliam a noção de sistema familiar e agregam novas possibilidades de configurações e estruturas da família. A qual subsistema irão pertencer? Como irão adequar-se às regras familiares? Estes são alguns dos desafios da família contemporânea com que nos deparamos a cada dia.

Outros elementos importantes na compreensão da estrutura familiar são os papéis, regras e fronteiras, os quais passamos a definir a seguir.

PAPÉIS, REGRAS E FRONTEIRAS

Os *papéis* em termos de sistema familiar referem-se à forma como cada membro do sistema irá desempenhar a função que lhe compete naquele momento. Segundo Ríos-González (2003), os *papéis familiares* se originam de funções e se baseiam nas relações familiares ou nas atribuições que a própria família dá a cada membro do sistema. Por este motivo, eles nem sempre correspondem aos indivíduos que convencionalmente assumiriam o papel designado a si. A irmã mais velha, por exemplo, pode assumir o papel da mãe quando esta não está presente (Osório, 2002). No entanto, para que seja possível que um único membro da família desempenhe diferentes papéis, como um pai que pode ser irmão, marido, filho e neto, é fundamental que exista *flexibilidade*. O mesmo ocorre na configuração dos subsistemas. Por exemplo, pode ocorrer que, em função do sexo dos integrantes do subsistema fraterno, dois irmãos homens estabeleçam um subsistema independente, no qual são excluídas as irmãs.

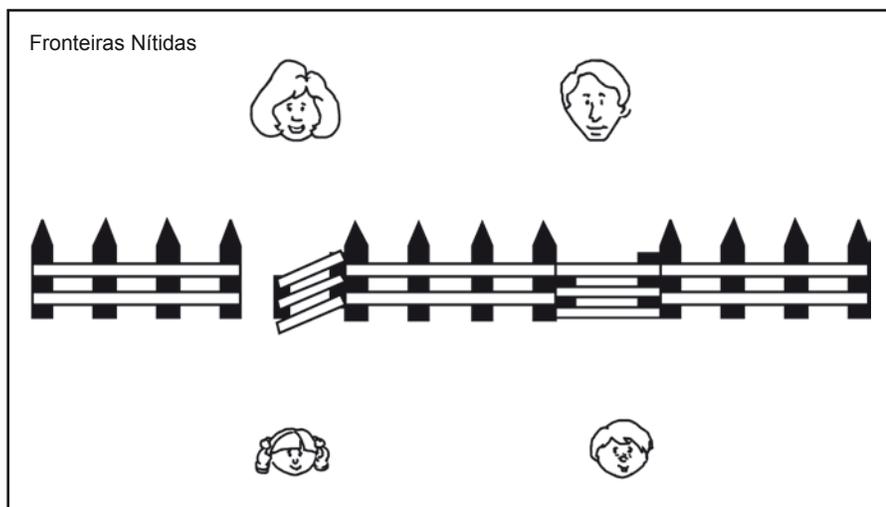
As *regras* são consideradas características comuns que definem quem participa de cada subsistema e de que maneira o fazem (Minuchin, 1982; Minuchin et al., 1999; Ríos-González, 2003, 2009). Essas regras não são conhecidas e amplamente discutidas na família. Muitas vezes elas são ocultas, implícitas. A exemplo disso, é comum encontrarmos famílias com um discurso de que os filhos são “livres” para fazerem seus programas de fim-de-semana, desde que suas escolhas ocorram depois do almoço na casa da avó. É comum observarmos que deixar de ir nesses almoços familiares não é tarefa fácil ao adulto jovem, por exemplo, mesmo que ele já tenha outros interesses que atendam suas necessidades de privacidade e construção de outros vínculos que não sejam os familiares.

Já as *fronteiras* são barreiras invisíveis que demarcam os indivíduos, os subsistemas e todo o sistema familiar (Nichols e Schwartz, 2007). As famílias criam fronteiras com a função de delimitação emocional, estabelecendo ou não barreiras que regulam a permeabilidade das emoções entre os membros

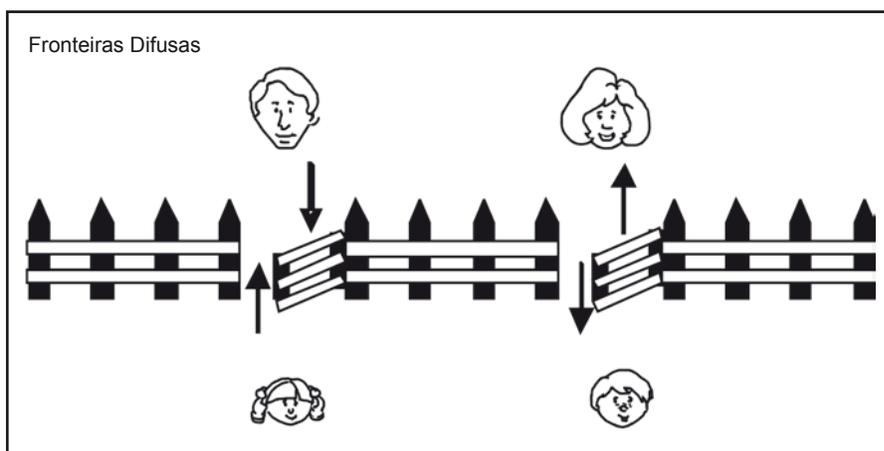
do sistema familiar (Ríos-González, 2003, 2009). As duas principais funções das fronteiras são as de **proteção** e **diferenciação** dos indivíduos frente ao sistema (Miermont, 1994; Minuchin, 1982).

A função de **proteção** está relacionada à capacidade de definir uma fronteira permeável ou semipermeável frente às trocas estabelecidas entre os subsistemas. Por isso a importância da função de **diferenciação**. Assim, com a possibilidade de promover a diferenciação entre os subsistemas, as fronteiras acabam selecionando quem participa (e quem não deve participar) de um determinado subsistema e, além disso, também definem como deve acontecer esta participação. Por exemplo, a fronteira que estabelece limites entre o subsistema conjugal e parental define os assuntos das conversas que devem ocorrer somente entre o casal, sem a presença dos filhos.

Existem três tipos de fronteiras: *nítidas*, *difusas* e *rígidas*. Para uma família manter um funcionamento com melhores níveis de saúde, as fronteiras entre os seus subsistemas devem ser **nítidas**. Deste modo, é permitido que cada membro do sistema exerça suas funções de forma apropriada, evitando as interferências indevidas, ao mesmo tempo em que é permitido o contato entre os membros de um subsistema e de outro (Minuchin, 1982; Minuchin et al., 1999). A exemplo disso, sabe-se que, ainda que as relações entre pais e filhos tenham se aproximado muito nas últimas décadas, determinados temas, como a sexualidade do casal, devem ser claramente definidos como exclusivos dos cônjuges, isto é, sem que transborde ao conhecimento dos filhos. As fronteiras nítidas, nesse caso, não sobrecarregam os filhos com problemas os quais não são capazes de opinar e resolver, assim como asseguram o espaço da conjugalidade sem interferências.

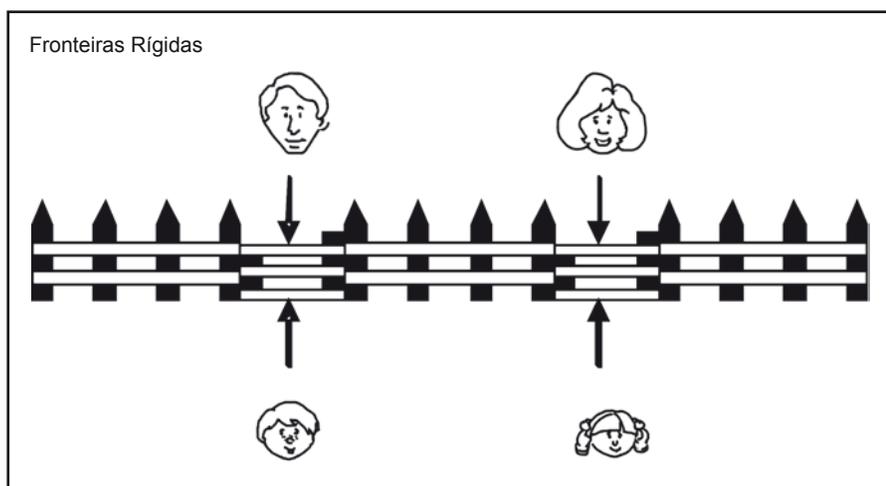


As fronteiras **difusas** se caracterizam por serem frágeis e de fácil atravessamento. As famílias que possuem fronteiras difusas podem ser chamadas de famílias *emaranhadas* (Minuchin, 1982) ou famílias *aglutinadas* (Calil, 1987). Nestas famílias, ocorre uma indiferenciação entre os subsistemas e a distância entre seus membros é quase inexistente. Este aspecto acaba por desencorajar a autonomia e a procura de recursos para resolver e lidar com os problemas.



Em uma família emaranhada, quando ocorre uma mudança em um dos membros, os outros reagem de forma exagerada e intrusiva, criando um sentimento de amplo apoio mútuo. Entretanto, a contrapartida de tal movimento aparece na pouca independência e autonomia daquele membro em questão (Nichols e Scwhartz, 2007). Por exemplo, em uma família com fronteiras difusas, a mãe pode se considerar como melhor amiga de sua filha. Elas conversam sobre todos os assuntos, usam as roupas uma da outra e opinam nas questões pessoais de cada uma. Neste caso, é possível que a mãe envolva a filha nas suas questões conjugais, aliando-se a ela durante os conflitos ou desabafando sobre suas insatisfações. Dessa forma, a filha sobrecarrega-se com aspectos emocionais dos seus progenitores, o que, muitas vezes, dificulta o seu próprio desenvolvimento emocional. Nesse sentido, o problema em um dos subsistemas acaba se expandindo aos outros subsistemas, tornando-se um problema de toda a família.

Em outro extremo encontram-se as famílias *desligadas* (Minuchin, 1982) ou *desengajadas* (Calil, 1987), nas quais as fronteiras entre os subsistemas são extremamente **rígidas**. Deste modo, a comunicação entre os subsistemas é dificultada e a função protetora da família fica comprometida. Neste tipo de família, a relação é marcada pelo distanciamento emocional, apresentando vínculos frágeis entre os membros, o que prejudica a formação de sentimentos de lealdade e pertencimento para com a família.



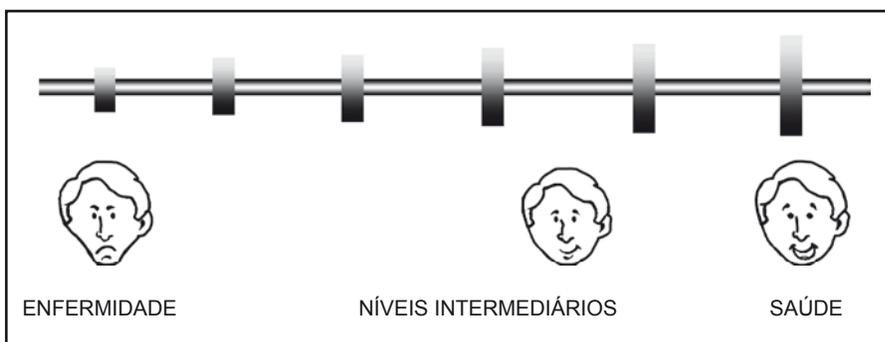
As famílias emaranhadas lidam com situações individuais de seus membros como se fossem de todos, negando as diferenças entre si, enquanto as famílias desligadas evitam lidar com os estressores aos quais são expostas, minimizando o contato entre seus membros (Nichols e Scwhartz, 2007). Isso significa que, quando falamos em união familiar e promoção de independência e autonomia entre os membros de uma família, sempre devemos estar atentos à forma como cada um se movimenta para promovê-las. Nesse sentido, é fundamental o reconhecimento dos papéis e funções de cada indivíduo na família e das fronteiras que estabelecem entre si.

Cabe destacar que o fato da família apresentar condições de responder às mudanças internas e externas de seu contexto, sendo flexível a fim de atender às novas circunstâncias, indica bons níveis de saúde. Sendo assim,

faz-se importante resgatar aspectos essenciais do grupo familiar como, por exemplo, aqueles que definem a saúde da família.

SAÚDE FAMILIAR

Assim como o conceito de família é plural, conceituar saúde requer a superação da dicotomia entre *doente* e *saudável* para uma relação dinâmica que oscila entre melhores ou piores níveis de saúde.



Nesse caso, existem dois aspectos reguladores que devem ser considerados na avaliação dos níveis de saúde familiar: a *capacidade de flexibilidade* e a *delimitação de fronteiras*.

A **flexibilização** refere-se à habilidade da família em modificar sua estrutura, suas regras e relações em resposta a algum tipo de necessidade ou estímulo ao qual é exposta em diferentes situações (Minuchin, 1982; Ríos-González, 2003). Nesse caso, é inerente ao movimento do ciclo evolutivo vital a necessidade de que a família seja maleável. Assim, por exemplo, aqueles pais que seguem utilizando as mesmas estratégias de proteção e ajuda ao filho adolescente que exerciam com ele na infância, são pais que, provavelmente, se encontrarão com maiores níveis de conflito na relação com o filho jovem. A capacidade de flexibilização, nesse exemplo, está relacionada à habilidade parental de promover a autonomia nos filhos, conceito melhor explorado no

capítulo 5. No entanto, em situações de risco, em que algum membro da família apresenta ideação suicida, abuso de substâncias ou qualquer outro tipo de comportamento que coloca sua própria vida ou a de terceiros em perigo, a noção de flexibilidade deve ser revista. Nesses casos, a vigilância e o controle devem ganhar força frente à flexibilidade e a noção de privacidade também deve ser repensada, pois muitas vezes não ultrapassar as fronteiras de um quarto fechado pode levar ao limiar que faz a diferença entre a vida e a morte.

Pode-se perceber, então, que trabalhar com famílias não é uma tarefa simples. Promover a saúde familiar envolve a análise de diversos conceitos que estão em constante movimento e que devem ser conhecidos e avaliados em sua origem e contexto. Somente com essa perspectiva pode-se colaborar no enfrentamento das constantes mudanças que ocorrem com as famílias e nos diversos fenômenos com os quais elas se deparam. Alguns destes, tais como o exercício da parentalidade após o divórcio (Capítulo 7), a violência na educação (Capítulo 10), os jovens em conflitos com a lei (Capítulo 11), a relação família-escola (Capítulo 12) e a dinâmica sucessória em empresas familiares (Capítulo 13) serão abordados nesta obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando nos propomos a revisar conceitos, somos constantemente desafiados a rever o quanto eles ainda dão conta de explicar fenômenos da realidade atual. Esse é um processo complicado, que muitas vezes exige um exercício de reconstrução ou até mesmo desconstrução daquilo que está descrito.

Por isso, quando nos deparamos com questionamentos do tipo: *Como irei chamar o filho do padrasto que vai morar comigo? E a namorada do meu avô? Ela é da família?...* somos convocados a reavaliar nossos parâmetros e a pensar de onde partir, pois novos elementos ampliam o conceito de família e desafiam o nosso olhar sobre o fenômeno.

Fica evidente que ainda são deficientes algumas definições e conceitos disponíveis para contemplar os fenômenos atuais das relações familiares, desde a nomenclatura até a descrição de seu funcionamento e função. Provavelmente, a busca de novas definições que deem conta de tal diversidade e complexidade seja um dos nossos desafios mais emergentes no trabalho com as famílias.

Relembrando...

- ✓ O **conceito** de família se diversificou nos últimos anos, sendo difícil traçar um perfil único da família brasileira. Entretanto, algumas tendências se destacam, como: diminuição do número de pessoas na família, aumento de divórcios e recasamentos, maior participação da mulher na manutenção econômica do lar, casais de dupla carreira, diferentes maneiras de compartilhar papéis nas funções parentais, entre outros.
- ✓ **Configuração familiar:** conjunto de elementos/personagens que compõem o núcleo familiar.
- ✓ **Estrutura familiar:** é a forma como a família funciona. Um conjunto invisível de regras que organiza a interação familiar. É através dela que são estabelecidos padrões, papéis e instaurada a previsibilidade.
- ✓ **Sistema familiar:** grupo de pessoas que interagem a partir de vínculos afetivos, consanguíneos, políticos, entre outros, que estabelecem uma rede de comunicação e mútua influência. A família é um sistema dinâmico, que estabelece regras e busca acordos entre seus membros.
- ✓ **Subsistema familiar:** reagrupamento de membros do sistema geral, no qual é estabelecida uma intercomunicação diferente daquela utilizada no sistema principal. Organiza-se segundo distintas variáveis, tais como geração, sexo, papel ou função, interesses comuns, entre outros. Alguns exemplos de subsistemas familiares são: conjugal, parental e fraterno.
- ✓ **Papel familiar:** forma como cada membro do sistema irá desempenhar a função que lhe compete naquele momento. Os papéis familiares se originam de funções e se baseiam nas relações familiares ou nas atribuições que a própria família dá a cada membro do sistema.
- ✓ **Regras:** características comuns que definem quem participa de cada subsistema e de que maneira o fazem. Muitas vezes são ocultas, implícitas, e na maioria dos casos não são conhecidas ou discutidas na família.
- ✓ **Fronteiras:** barreiras invisíveis que demarcam os indivíduos, os subsistemas e todo o sistema familiar. As duas principais funções das fronteiras são as de proteção e diferenciação dos membros frente ao sistema. Existem três tipos de fronteiras: nítidas, difusas e rígidas.
- ✓ **Saúde familiar:** conceito baseado em uma relação dinâmica que oscila entre melhores ou piores níveis de saúde. Na avaliação dos níveis de saúde familiar, dois aspectos reguladores devem ser considerados: a capacidade de flexibilidade e a delimitação de fronteiras.



Questões para reflexão:

1. É possível que famílias com diferentes configurações familiares possuam estruturas familiares semelhantes? Explique.
2. Qual a importância da flexibilidade para a manutenção da saúde familiar? Exemplifique.
3. De que maneira as funções de proteção e diferenciação das fronteiras interferem na estrutura familiar?
4. Por que atualmente se fala em família "S", no plural? Faça uma reflexão relacionando com o contexto atual.



Filmes:

O TANGO DE RASHEVSKI

Síntese: Matriarca de família de judeus novos da Bélgica falece e, com ela, morrem suas tradições. Perdidos dentro dos rituais judaicos, que desconhecem, os Rashevski se veem em uma luta para definir sua religião e sua união. O surgimento de uma família não judia no enterro complica as coisas, enquanto romances florescem e segredos do passado são desenterrados.

Aspectos a serem discutidos/trabalhados: O filme é muito rico em apresentar as idiossincrasias de cada membro da família Rashevski. É válido discutir como essas características pessoais refletem no convívio e vão dando forma à estrutura familiar.

.....

O PONTO DE MUTAÇÃO

Síntese: Sonia Hoffmann (Liv Ullmann) é uma física desiludida com os rumos tomados pela ciência. Após descobrir que suas pesquisas com *microlasers* estavam sendo utilizadas no projeto americano Guerra nas Estrelas, ela decidiu isolar-se em um vilarejo francês para repensar a vida. Embora tendo a chance de conviver um pouco mais com a única filha, enfrenta um processo difícil desta convivência e o atrito entre as duas acaba sendo acentuado porque suas percepções do mundo divergem completamente.

Aspectos a serem discutidos: Este filme ilustra diversos aspectos da teoria sistêmica, ajudando na compreensão da inter-relação que se estabelece entre as pessoas e o mundo. Vale ser trabalhada a visão de homem que o filme aborda, transportando seu conteúdo para analisar o funcionamento das famílias na atualidade.



Filmes:

O CASAMENTO DE RACHEL

Sinopse: Kym (Anne Hathaway) é uma jovem mulher que há 10 anos passa por uma clínica de reabilitação. Quando ela retorna para a casa da família Buchman para o casamento de sua irmã Rachel (Rosemarie DeWitt), ela traz consigo uma longa história de crises pessoais e conflitos familiares. A festa do casamento é cheia de amigos que se reuniram para um final de semana com muita diversão, música e amor.

Aspectos a serem discutidos/trabalhados: O filme demonstra como uma tragédia familiar reverbera em todos os membros da família de forma particular e ao mesmo tempo inter-relacionada. Evidencia-se a importância das funções inerentes a cada papel dentro do sistema e as possíveis consequências, no caso os conflitos no subsistema fraterno, quando os progenitores não assumem suas funções no desempenho da parentalidade.

REFERÊNCIAS

- Calil, V. L. L. (1987). *Terapia de família e casal: introdução às abordagens sistêmica e psicanalítica*, 1. São Paulo: Summus.
- Cervený, C. M. O. (2002). *Visitando a família ao longo do ciclo vital*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Cicirelli, V. G. (1995). *Sibling relationships across the life span*. New York: Plenum Press.
- Colapinto, J. (1991). Structural family therapy. In Gurman, A.S.; Kniskern, D.P. *Handbook of family therapy*, 1(2). New York: Brunner/Mazel.
- Diniz, G. (2009). O casamento contemporâneo em revista. In Féres-Carneiro, T. (Org.). *Casal e Família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Esteves de Vasconcelos, M. J. (2006). Epistemologia sistêmica: pensamento sistêmico novo-paradigmático. In Aun, J. G.; Esteves de Vasconcelos, M. J.; Coelho, S. V. (Org.). *Atendimento Sistêmico de Famílias e Redes Sociais*, 1. Fundamentos teóricos e epistemológicos. Belo Horizonte: Ophicina Arte & Prosa.
- Fleck, A. C.; Wagner, A. (2003). A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. *Revista Psicologia em Estudo*, 8, 31-38.
- Goldani, A. M. (1994). As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa (São Paulo)*, 91, 7-22.
- Grzybowski, L. S. (2007). *Parentalidade em tempo de mudanças: desvelando o envolvimento parental após o fim do casamento*. Tese de Doutorado, Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- IBGE. (2007). Acesso em 15 de junho de 2007, em <http://www.ibge.gov.br/home/>.
- Miermont, J. (1994). *Dicionário de terapias familiares: teorias e práticas*. Porto Alegre: ARTMED.

- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*, 1. Porto Alegre: ARTMED.
- Minuchin, P.; Colapinto, J.; Minuchin, S. (1999). *Trabalhando com famílias pobres*. Porto Alegre: ARTMED.
- Mosmann, C. (2007). *A qualidade conjugal e os estilos educativos parentais*. Tese de Doutorado. Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Mosmann, C.; Wagner, A. (2008). Dimensiones de la conyugalidad y de la parentalidad: un modelo correlacional. *Revista intercontinental de psicología y educación*, 10, 79-103.
- Musitu, G.; Cava, M. J. (2001). *La familia y la educación*. Barcelona: Octaedro.
- Nichols, M. P.; Minuchin, S. (1999). Short-term structural family therapy with couples. In Donovan, J. M. (Org.). *Short-term couple therapy*. New York: Guilford Press.
- Nichols, M. P.; Schwartz, R. C. (2007). *Terapia familiar: conceitos e métodos*, 7. Porto Alegre: ARTMED.
- Osório, L. C. (2002). *Casais e famílias: uma visão contemporânea*. Porto Alegre: ARTMED.
- Ríos-González, J. A. (1994). *Manual de orientación y terapia familiar*. Madrid: Fundación de Ciencias del Hombre.
- Ríos-González, J. A. (Coord.) (2003). *Vocabulario básico de orientación y terapia familiar*. Madrid: Editorial CCS.
- Ríos-González, J. A. (Coord.) (2005). *Los ciclos vitales de la familia y la pareja*. Madrid: Editorial CCS.
- Ríos-González, J. A. (Coord.) (2009). *Personalidad, madurez humana y contexto familiar*. Madrid: Editorial CCS.
- Sanchotene-Souza, N. H.; Wagner, A.; Branco, B. M.; Reichert, C. B. Famílias com casais de dupla carreira e filhos em idade escolar: estudo de casos. *Alethéia* (no prelo).
- Silveira, L. M. O. B. (2002). O relacionamento fraterno e suas características ao longo do ciclo vital da família. In Wagner, A. (Coord). *Família em Cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes.
- Wagner, A.; Sarriera, J. C.; Falcke, D.; Silva, C. (1997). La relación de los adolescentes con sus familias: un estudio comparativo entre familias originales y reconstituídas. *Cuadernos de Terapia Familiar*, 11 (35-36), 119-127.
- Wagner, A.; Féres-Carneiro, T. (1998). La familia en Brasil: estructura y aspectos peculiares en familias de nivel medio. *Cuadernos de Terapia Familiar*, 12 (38), 107-114.
- Wagner, A.; Halpern, S. C.; Bornholdt, E. A. (1999). Configuração e estrutura familiar: um estudo comparativo entre famílias originais e reconstituídas. *Psico*, 30 (2), 63-73.
- Wagner, A.; Féres-Carneiro, T. (2000). O recasamento e a representação gráfica da família. *temas em psicologia da SBP*, 8 (1), 11-19.
- Wagner, A. (2002). Possibilidades e potencialidades da família: a construção de novos arranjos a partir do recasamento. In Wagner, A. (Coord). *Família em Cena: tramas, dramas e transformações*. Petrópolis: Vozes.
- Wagner, A.; Falcke, D.; Silveira, L. M. B.; Mosmann, C. P. A. (2002). Comunicação em famílias com filhos adolescentes. *Psicologia em Estudo*, 7 (1), 75-80.
- Wagner, A.; Predebon, J.; Mosmann, C.; Verza, F. (2005). Compartilhar tarefas? Papéis e funções de pai e mãe na família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 21 (2), 181-186.